

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Prezados(as) Cooperados(as),

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais em João Monlevade Ltda. - COPREMON, na forma da legislação em vigor.

1. Nossa Cooperativa

No dia 19 de outubro de 2025 a Cooperativa completou 50 anos, mantendo sua vocação de instituição financeira voltada ao fomento do crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá, principalmente, através da concessão de empréstimos e disponibilização de convênios com prestadores de serviços diversos.

2. Política de Crédito

A atuação da Cooperativa se dá, principalmente, por meio da concessão de empréstimos, pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando, ainda, a Cooperativa, de consultas cadastrais. A prévia análise, realizada pela Comissão de Crédito ou alçada pertinente, busca garantir, ao máximo, a liquidez das operações.

A Cooperativa adota a política de classificação de risco de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas e a adoção de boas práticas de gestão.

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição da Diretoria Executiva, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Além das decisões estratégicas, cabe à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia. E tais atos da administração, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática.

A Cooperativa possui, ainda, o desenvolvimento de atividades relacionadas à Controles Internos, supervisionadas diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos e de capital. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos ou oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão, a exemplo da Política de Crédito, aprovada, como muitos outros normativos internos, pelas alçadas competentes.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, todos os integrantes da estrutura organizacional da Cooperativa aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética da instituição. A partir de então, todos os novos membros, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

4. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos e assegurado o cumprimento das normas relacionadas aos direitos das partes interessadas.

A Ouvidoria da Cooperativa é constituída de diretor responsável pela área e um Ouvidor, que recebem demandas por meio de DDG 0800 ou formulário próprio disponibilizado em sítio na internet.

No exercício de 2025, a Ouvidoria da Cooperativa não registrou nenhuma manifestação de inconformidade por parte de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela instituição.

5. Demonstração dos Resultados (Data-base 31/12/2025 - Em reais)

O quadro de cooperados é composto por 2.176 cooperados, havendo uma evolução no número de cooperados de 1,56% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

Quadro Social	% de variação	31/12/2025	31/12/2024
Número de cooperados	1,56%	2.176	2.142

No exercício de 2025, a Cooperativa obteve resultado de R\$ 1.420.539,85 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 7,66%.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	31/12/2025	31/12/2024
Sobras/Perdas do Exercício (antes do Juros ao Capital)	19,24%	1.420.539,85	1.191.367,70

Sua carteira líquida de créditos, sendo 100% comercial, registrava o valor de R\$ 15.020.620,55.

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2025	31/12/2024
Carteira Comercial	10,06%	15.020.620,55	13.648.104,72

Os vinte maiores devedores representavam, na data-base de 31/12/2025, o percentual de 13,31% da carteira, no montante bruto de R\$ 2.034.471,43.

20 maiores devedores	% de variação	31/12/2025	31/12/2024
Carteira Comercial	14,58%	2.034.471,43	1.775.536,04

O Patrimônio Líquido da Cooperativa é de R\$ 18.531.324,85.



Patrimônio Líquido	% de variação	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido	6,33%	18.531.324,85	17.358.255,68

6. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos integrantes da estrutura organizacional pela dedicação.

João Monlevade-MG, 31 de dezembro de 2025.

Maria Goretti Cota Martins
Diretora Presidente

Maria Aparecida Ferreira Moreira
Diretora Financeira

Maria Vilma Moreira
Diretora Administrativa

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM JOÃO MONLEVADE LTDA. - COPREMON**

BALANÇO PATRIMONIAL

31 DE DEZEMBRO DE 2025

EM REAIS

ATIVO	31/12/2025
Circulante	9.269.673,45
Disponibilidades	73.611,78
Títulos e Valores Mobiliários	4.194.977,39
Operações de Crédito	4.171.027,55
Outros Créditos	826.936,35
Outros Valores e Bens	3.120,38
Não Circulante	10.883.026,13
Realizável a Longo Prazo	10.849.593,00
Operações de Crédito	10.849.593,00
	33.433,13
Imobilizado em Uso	33.433,13
TOTAL DO ATIVO	20.152.699,58
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2025
Circulante	1.621.374,73
Outras Obrigações	1.621.374,73
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	1.761,42
Sociais e Estatutárias	1.149.804,85
Fiscais e Previdenciárias	39.656,16
Diversas	430.152,30
Patrimônio Líquido	18.531.324,85
Capital Social	14.858.156,24
Reserva Legal	2.578.503,60
Sobras Acumuladas	1.094.665,01
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.152.699,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM JOÃO
MONLEVADE LTDA. - COPREMON**

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

31 DE DEZEMBRO DE 2025

EM REAIS

Descrição	2º semestre de 2025	31/12/2025
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.810.327,44	3.495.367,08
Operações de Crédito	1.550.331,74	3.022.013,18
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. E Instr. Financeiros	259.995,70	473.353,90
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(30.329,98)	(99.465,76)
Provisão para Operações de Créditos	(30.329,98)	(99.465,76)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.779.997,46	3.395.901,32
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS	(1.368.321,18)	(2.261.481,05)
Receita de Prestação de Serviços	11.151,05	21.458,03
Dispêncido/Despesas de Pessoal	(519.923,19)	(1.059.602,90)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	(269.988,03)	(493.417,90)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(14.820,75)	(28.175,44)
Outras receitas operacionais	2.687,74	2.697,19
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(577.428,00)	(704.440,03)
RESULTADO OPERACIONAL	411.676,28	1.134.420,27
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	411.676,28	1.134.420,27
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(839,22)	(2.086,38)
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS	-	-
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL	410.837,06	1.132.333,89
JUROS AO CAPITAL	(407.087,39)	(407.087,39)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	3.749,67	725.246,50
Fates Atos Não Cooperativos	(797,73)	(797,73)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	(283.948,42)	(283.948,42)
FATES	(141.974,21)	(141.974,21)
Reserva Legal	(141.974,21)	(141.974,21)
Ajuste Resolução 4966/2021	-	(41.128,69)
Reversão de dispêndios de Fates e Ajustes	572.124,59	695.293,35
SOBRAS Á DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	291.128,11	1.094.665,01

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS EM JOÃO MONLEVADE LTDA. - COPREMON**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTANDO ABRANGENTE

31 DE DEZEMBRO DE 2025

EM REAIS

DESCRIÇÃO	31/12/2025
Sobras/Perdas líquidas	1.094.655,01
Outros resultados abrangentes	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES	1.094.655,01

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM JOÃO MONLEVADE LTDA. - COPREMON**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

31 DE DEZEMBRO DE 2025

EM REAIS

DESCRIÇÃO	2º semestre de 2025	2025
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Exercício	410.837,06	1.132.333,89
Ajuste de Exercícios Anteriores/Res. 4966/2021	-	(41.128,69)
Provisão para Operações de Crédito	14.234,38	124.498,85
Depreciações e Amortizações	2.358,18	3.866,10
Despesa de Juros ao Capital	407.087,39	407.087,39
	834.517,01	1.626.657,54
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	(692.079,72)	(89.812,17)
Operações de Crédito	(160.510,45)	(1.497.014,68)
Outros Créditos	(25.502,99)	(125.461,94)
Outros Valores e Bens	23.814,82	65,65
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Outras Obrigações	(39.627,78)	447.820,57
Relações Interdependências	-	
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(59.389,11)	362.254,97
Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizações de Uso	(25.521,79)	(25.521,79)
Inversões em Imobilizado de Uso		
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(25.521,79)	(25.521,79)
Atividades de Financiamentos		
Ao FATES		(567.618,86)
Reversão de FATES	695.293,35	695.293,35
Incorporação de capital - Ex associados	8.678,12	9.092,86
Por Subscrição/Realização	796.518,68	1.548.373,20
Por Devolução (-)	(908.336,50)	(1.460.504,64)
Subscrição de Juros ao Capital	(407.087,39)	(407.087,39)
IRRF sobre Juros ao Capital	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos	(797,73)	(797,73)
FATES - Atos Cooperativos	(141.974,21)	(141.974,21)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	42.294,32	(325.223,42)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(42.616,58)	11.509,76
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	116.228,36	62.102,02
No Fim do Período	73.611,78	73.611,78
Variação Líquida das Disponibilidades	(42.616,58)	11.509,76

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM JOÃO MONLEVADE LTDA. - COPREMON

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 DE DEZEMBRO DE 2025

EM REAIS

Eventos	Capital		AJUSTE RES,4966	Legal	Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar			Estatutárias	Contingências	Expansão		
Saldos em 31/12/2024	13.984.787,81	-	-	2.427.436,53	-	-	-	946.031,34	17.358.255,68
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Destinação de Sobras Exercício Anterior									-
Ao FATES								(567.618,86)	(567.618,86)
Reversão de Outros Fundos - Ajuste Res. 4.966/2021								(41.128,69)	(41.128,69)
Ao Capital	378.412,48							(378.412,48)	-
Incorporação de capital - Ex associados				9.092,86					9.092,86
Movimentação de Capital									-
Por Subscrição/Realização	1.548.373,20								1.548.373,20
Por Devolução (-)	(1.460.504,64)								(1.460.504,64)
Reversões do FATES								695.293,35	695.293,35
Sobras ou Perdas Líquidas								1.132.333,89	1.132.333,89
Provisão do Juros ao Capital	407.087,39							(407.087,39)	-
FATES - Atos Não Cooperativos								(797,73)	(797,73)
Destinação das Sobras ou Perdas									-
Fundo de Reserva				141.974,21				(141.974,21)	-
FATES								(141.974,21)	(141.974,21)
Saldos em 31/12/2025	14.858.156,24	-		2.578.503,60	-	-	-	1.094.665,01	18.531.324,85
Saldos em 30/06/2025	14.562.886,67	-	(41.128,69)	2.427.851,27	-	-	-	721.496,83	17.671.106,08
Ajustes de Exercícios Anteriores									-
Destinação de Sobras Exercício Anterior									-
Reversão de Ajustes Res. 4.966/2021			41.128,69					(41.128,69)	-
Incorporação de capital - Ex associados				8.678,12					8.678,12
Movimentação de Capital									-
Por Subscrição/Realização	796.518,68								796.518,68
Por Devolução (-)	(908.336,50)								(908.336,50)
Reversões do FATES								695.293,35	695.293,35
Sobras ou Perdas Líquidas								410.837,06	410.837,06
Subscrição dos Juros ao Capital	407.087,39							(407.087,39)	-
FATES - Atos Não Cooperativos								(797,73)	(797,73)
Destinação das Sobras ou Perdas									-
Fundo de Reserva				141.974,21				(141.974,21)	-
FATES								(141.974,21)	(141.974,21)
Saldos em 31/12/2024	14.858.156,24	-	-	2.578.503,60	-	-	-	1.094.665,01	18.531.324,85

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
MUNICIPAIS EM JOÃO MONLEVADE JOÃO MONLEVADE LTDA. - COPREMON**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
Em Reais (R\$)**

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais em João Monlevade Ltda. – COPREMON, inscrita no CNPJ sob o nº 18.310.649/0001-74, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 19 de outubro de 1.975, vinculada preponderantemente com os servidores públicos do município de João Monlevade MG. Tem a sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei Federal nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; pela Lei Federal nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, e suas posteriores alterações, especialmente a Resolução CMN nº 5.051/2022 e a Resolução CMN nº 5.131/2024, todas que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A COPREMON atende aos cooperados em sua sede, à Rua Pedro Bicalho nº 234, Bairro Novo Horizonte, João Monlevade MG e não possui filiais nem Posto de Atendimento Cooperativo (PAC) em outras localidades ou espaços do território nacional.

A Cooperativa tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações: capitalização; concessão de créditos; e prestação de serviços; dentre outras.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, nº 11.941/2009 e nº 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional - CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme CPC 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33, 41 e 46. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis a esta Cooperativa.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

As Demonstrações Financeiras aqui apresentadas foram aprovadas pela Administração da Cooperativa em reunião realizada no dia 04 de fevereiro de 2026.

2.1. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: tendo previsão de diversas obrigações, sendo a mais impactante a alteração a ser aplicada a partir de 1º/1/2025.

Introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da Resolução são:

(i) adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;

(ii) ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção;

(iii) as receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;

(iv) novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;

(v) vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Resolução BCB nº 255, de 1º de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 04 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência.

Consolidação do Cosif, no intuito de conciliar em ato normativo único às rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Cosif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/12/2023 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/1/2025: Instrução Normativa nº 426, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 427, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 428, de 1º de dezembro de 2023, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa.

Em complemento, na data de 26/7/2024 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 495, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em alteração à Instrução Normativa BCB nº 428 de 1º/12/2024.

b) Adoção inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados,

pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido da Cooperativa demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado neste documento.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A seguir, trazemos um resumo sobre as novas normas emitidas pelos órgãos reguladores:

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, institui os tributos IBS, CBS e IS, promovendo ampla reformulação no sistema tributário nacional.

Para as cooperativas de crédito, a norma preserva o tratamento diferenciado dos atos cooperativos, mantendo a não incidência do IBS e da CBS sobre operações realizadas entre cooperativas e seus cooperados. No entanto, operações com terceiros permanecem sujeitas à tributação. A nova legislação exigirá adaptações operacionais e contábeis, especialmente diante da unificação de tributos e da necessidade de interpretação clara sobre o conceito de ato cooperativo.

A norma foi sancionada em 16/01/2025 e respeitará escalonamento de implementação. Não haverá alterações nas apurações de tributos em 2025. A Cooperativa está acompanhando as discussões e aguarda regulamentações adicionais para avaliar os impactos da reforma tributária de forma específica.

Resolução CMN nº 4.966/2021: estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2. Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos/receitas e dispêndios/despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério *pro-rata temporis* e calculados com base no método exponencial.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei Federal nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos - aqueles praticados entre a Cooperativa e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários; e os atos não cooperativos - aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível.

As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Instrumentos financeiros

d.1) Classificação e administração dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma (art. 65, da Resolução CMN nº 4.966/2021) foi aprovado pela alta administração, a Política de Modelo de Negócios aplicável à Cooperativa para administração dos ativos financeiros.

A Cooperativa administra e classifica suas operações financeiras como Valor Justo no Resultado e sua carteira de crédito como Custo Amortizado, conforme descrição a seguir:

Valor Justo no Resultado (VJR): seu principal objetivo é gerar lucro com a variação de preços no curto prazo.

Custo Amortizado (CA): seu principal objetivo é a manutenção dos ativos para recebimento de principal e encargos até o vencimento. Esse modelo assegura a previsibilidade do fluxo de caixa e a estabilidade das margens financeiras, impactando o desempenho por meio da apropriação de receitas de juros conforme o regime de competência.

INSTRUMENTO FINANCEIRO	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Modelo de negócio definido	Valor Justo no Resultado (VJR)	Custo Amortizado (CA) - Recebimento de fluxos de caixa contratuais
Efeitos sobre a posição patrimonial	Atualização constante: o ativo é registrado no balanço pelo seu valor de mercado (preço de saída) na data do fechamento. Reflexo real: o balanço patrimonial mostra exatamente quanto a instituição receberia se vendesse o ativo naquele dia, oferecendo maior transparência sobre a liquidez imediata.	Redução via PDD: impacto negativo pelo reconhecimento imediato da Perda Esperada (Provisão), reduzindo o ativo líquido.
Efeitos sobre a posição financeira	Realismo na liquidez (valor de saída): a posição financeira passa a ser reportada pelo valor de mercado (valor justo) e não pelo custo de aquisição. Volatilidade do fluxo de caixa projetado: o montante final disponível oscila conforme o mercado. Impacto no indicador de liquidez: a marcação a mercado no VJR afeta diretamente o numerador desses índices. Gestão do caixa e tributação: como as valorizações (ganhos não realizados) transitam pelo resultado, elas podem gerar antecipação de desembolso financeiro para pagamento de tributos (IRPJ/CSLL), mesmo que a instituição não tenha resgatado o dinheiro do fundo. Isso consome o caixa operacional da cooperativa.	Alta volatilidade: todas as variações de preço (ganhos ou perdas não realizados) são lançadas diretamente na DRE do período. Impacto nas sobras: se o mercado oscilar negativamente, o resultado da instituição cai imediatamente. Por outro lado, valorizações de mercado aumentam o resultado de forma imediata.
Efeitos sobre o desempenho da instituição	Gestão de risco: o foco financeiro recai sobre a recuperação do principal e juros, ignorando o valor de venda da carteira.	Margem financeira real: Reflete o <i>spread</i> original; despesas de provisão são antecipadas conforme o risco de crédito evolui.

Ainda em atendimento à norma (art. 66, da Resolução CMN nº 4.966/2021) descrevem-se, a seguir, os principais riscos associados aos instrumentos financeiros detidos pela Cooperativa, aos quais a instituição está exposta, registrando-se que todos são inerentes às suas atividades e são geridos conforme diretrizes da Governança e políticas internas:

Risco de Crédito: é o risco de perda resultante do inadimplemento de contrapartes. Na Cooperativa, este risco é mitigado pela análise de capacidade de pagamento e outras questões relacionadas à concessão do crédito. A provisão para perdas é constituída conforme critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Risco de Liquidez: refere-se à possibilidade de a Cooperativa não ser capaz de honrar suas obrigações. O monitoramento é feito através do descasamento de prazos e da manutenção de reservas em ativos de alta liquidez.

Risco de Mercado: impactos decorrentes de variações em taxas de juros e índices de preços. A Cooperativa monitora a exposição de sua carteira a flutuações que possam afetar a margem financeira.

Risco Operacional: riscos de falhas em processos internos, sistemas ou erros humanos. A Cooperativa monitora a exposição de suas atividades em relação aos riscos operacionais.

Os riscos acima impactam os instrumentos financeiros da Cooperativa das seguintes formas:

Risco de crédito	Aplicações financeiras	impacto baixo vez que investidos em fundos de renda fixa de baixo risco; mas qualquer deterioração no <i>rating</i> do emissor exige o reconhecimento imediato de provisão no resultado.
	Operações de crédito	o risco é a inadimplência direta do cooperado; pois, sob a nova regra, a Cooperativa deve provisionar perdas antes mesmo do atraso ocorrer (estágio 1), o que reduz o lucro distribuível (sobras) assim que o crédito é concedido.

Risco de liquidez	Aplicações financeiras	funcionam como o “colchão de liquidez”. O risco ocorre em momentos de estresse de mercado, o valor da cota do fundo pode cair bruscamente, reduzindo a liquidez projetada da instituição.
	Operações de crédito	se o fluxo de recebimento dos empréstimos atrasar, a liquidez da instituição fica comprometida; o que não se verifica no caso da Cooperativa.

Risco de mercado	Aplicações financeiras	a instituição pode apresentar um desempenho negativo (prejuízo) apenas por “marcação de mercado”.
	Operações de crédito	como o modelo é de Custo Amortizado, a variação diária das taxas de juros não afeta o balanço patrimonial (não há marcação a mercado no resultado). O que pode ocorrer é um impacto econômico, pois o risco é o custo de oportunidade. Se as taxas de mercado subirem, a Cooperativa continua recebendo a taxa fixa do contrato antigo (que agora rende menos que o mercado), reduzindo sua margem financeira real, embora contabilmente o desempenho pareça estável.

Risco operacional	Aplicações financeiras	a instituição está sujeita ao risco devido à dependência de terceiros e fontes de dados; desconformidade legal e contábil; e risco de gestão de cobras.
	Operações de crédito	a complexidade dos cálculos (taxa efetiva, modelos de perda esperada) exige sistemas robustos. Erros no cálculo da Taxa Efetiva de Juros ou falhas na classificação dos estágios de risco podem gerar multas regulatórias, republicação de balanços e perdas financeiras diretas; o que não se verifica no caso da Cooperativa.

d.2) Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de classificação, sendo que a Cooperativa assim os classificou:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas

na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Valor Justo no Resultado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo na data da transação. Os custos de transação não são incorporados ao valor do ativo. Eles devem ser reconhecidos diretamente como despesa no resultado do período em que ocorrem. Mensalmente, ocorre a atualização do valor destes ativos, pelo preço de mercado.

d.3) Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado, estando demonstrados neste documento.

d.4) Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

d.5) Suspensão dos juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático - Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Cooperativa adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

e) Provisão para perdas

e.1) Visão geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Simplificada, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para TVM e operações de crédito.

e.2) Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre a perda esperada calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou o piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352/2023 (Anexo I da normativa - “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

e.3) Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default: é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default: é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos.

Exposição ao default: é a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

e.4) Ativos financeiro com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando operações reestruturadas são renegociação que impliquem em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Os instrumentos financeiros são alocados em estágios (estágio 1, estágio 2 e estágio 3) e classificados em Carteiras (C1 a C5) com base na modalidade, submodalidade e garantias e demais requisitos estipulados pela Resolução BCB nº 352/2023. Ativos problemáticos (com problema de recuperação de crédito) são alocados no estágio 3, podendo em determinadas situações a marcação ser arrastada para outras operações de uma mesma contraparte ou grupo econômico.

O arrasto é realizado para a condição de Ativo Problemático não sendo observado situações de exclusão por materialidade. Todas as operações da contraparte e contrapartes conectadas são arrastadas, exceto as operações com risco significativamente menor.

A perda incorrida é atribuída aos ativos inadimplidos de acordo com os percentuais mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil (Resolução BCB nº 352/2023).

A cura de ativo problemático observa parâmetros definidos em modelo interno Cooperativa e é executada com periodicidade mensal.

A contratação de operações e as ações para a recuperação de créditos em atraso em conformidade com as normas de crédito, utilizando sistemas informatizados e respeitando as condições de mercado.

f) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em Juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2025, inexistia saldo oriundo de depósito recursal trabalhista, tributário ou de outra espécie no Balanço desta Cooperativa.

g) Imobilizado de uso

Imóveis, equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

i) Outros Ativos e Passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para

saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

l) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei Federal nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do art. 194 do Decreto nº 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota de 5%, conforme definido pelo município de João Monlevade/MG, sede da Cooperativa e local de prestação de serviços a não associados.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

m) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Valor Recuperável de Ativos - *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2025 inexistiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros desta Cooperativa.

o) Partes Relacionadas

São consideradas Partes Relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos contábeis, conforme CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas Partes Relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

p) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro; enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- (i) eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras;
- (ii) eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

4. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

Descrição	Valor contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	17.358.255,68
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	(41.128,69)
Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025	17.317.126,98

5. Caixa e Equivalente de Caixa

O Caixa e Equivalente de Caixa, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Cooperativa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2025
Depósitos Bancários	73.611,78
Títulos e valores Mobiliários*	4.194.977,39
Total	4.268.589,17

* Aplicações financeiras em fundos de investimento mensuradas ao Valor Justo no Resultado (VJR).

6. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito mensurados ao custo amortizado

Descrição	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	4.309.687,56	10.993.787,99	15.303.475,55
Total de Operações de Crédito	4.309.687,56	10.993.787,99	15.303.475,55
(-) Provisões para Operações de Crédito	(138.660,01)	(144.194,99)	(282.855,00)
Total	4.171.027,55	10.849.593,00	15.020.620,55

b) Provisão da carteira de crédito por perda

Descrição	31/12/2025
Perda esperada	(135.763,79)
Perda incorrida	(71.975,92)
Perda adicional	(75.115,29)
Total	(282.855,00)

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário) e por tipo de produto

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2025
Carteira	1.437.096,30	2.872.591,26	10.993.787,99	15.303.475,55
Total	1.437.096,30	2.872.591,26	10.993.787,99	15.303.475,55

d) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Devedor	212.449,05	1,39%
10 Maiores Devedores	1.220.856,51	7,98%
50 Maiores Devedores	3.844.529,74	25,12%

e) Movimentação de créditos baixados como prejuízo

Descrição	31/12/2025
Saldo inicial	160.091,50
Valor das operações transferidas no período	14.732,23

Valor das operações recuperadas no período	(46.294,28)
Total	128.529,45

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito

Descrição	31/12/2025
Saldo Inicial	229.202,27
Constituições/Reversões no Exercício	53.652,73
Total	282.855,00

7. Outros Créditos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Adiantamentos Salariais	4.051,31
Descontos em Folhas a Repassar	801.881,54
Convênios	1.191,31
Outros	13.125,98
Total	820.250,14

* Em Devedores Diversos, estão registrados os valores a receber de repasses de descontos em folhas, de convênios e de adiantamentos salariais.

8. Outros Impostos e Contribuições a Compensar

Em 31 de dezembro de 2025, os impostos e contribuições a compensar estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2025
IRRF a Recuperar e IOF	6.686,24
Total	6.686,24

9. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2025, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2025
Prêmios de Seguros a Apropriar	3.120,38
Total	3.120,38

* Registram-se no grupo de Prêmios de Seguros a Apropriar os valores referentes a pagamentos de seguro prestamista e de responsabilidade civil dos administradores.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2025, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2025
Instalações	10%	14.551,37

Móveis e Utensílios	10%	54.166,33
Equipamentos de Comunicação e Segurança	10%	7.967,38
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	90.249,16
Total		166.934,24
Depreciação acumulada		(133.501,11)
Total		33.433,13

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2025, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
Direito de Uso de Sistemas	499,90
Total	499,90
Amortização acumulada de ativos intangíveis	(499,90)

12. IOF

Os recursos retidos dos cooperados, referente ao IOF, para posterior repasse à União, em 31 de dezembro de 2025, estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
IOF	1.761,42
Total	1.761,42

13. Obrigações Fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de obrigações fiscais estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
Imposto de Renda Retido na Fonte	17.160,57
INSS	16.510,10
FGTS	2.863,19
Pis Folha de Pagamentos	235,64
Cofins e Pis Receitas	2.334,92
Outros: ISSQN e IRRF de juros ao Capital e de Alugueis,	551,74
Total	39.656,16

14. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
Credores Diversos no País*	331.371,52
Provisão para Pagamentos a Efetuar**	98.780,78
Total	430.152,30

* Em Credores Diversos estão registrados os compromissos com fornecedores de bens e de serviços.

** Provisões para pagamento a efetuar, registram-se os gastos a pagar com provisões trabalhistas e encargos e outras despesas administrativas, energia, água telefones e outros.

a) Sociais e Estatutários

A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutários, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2025
Cotas de Capital a Pagar*	577.674,00
FATES Atos cooperados e não cooperados**	572.130,85
Total	1.149.804,85

* Cotas de capital a pagar refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que se desligaram do quadro social.

** O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A reversão dos dispêndios do FATES passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 - Entidade Cooperativa.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada, integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Cooperativa estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
Capital Social	14.858.156,24

b) Fundo de Reserva

O Fundo de Reserva é representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de reserva da Cooperativa estava assim composto:

Descrição	31/12/2025
Fundo de Reserva Legal	2.578.503,60

c) Sobras ou Perdas Acumuladas

As Sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

As Perdas são absorvidas por reservas ou rateadas entre os associados, de acordo com a decisão da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei Federal nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 07 de março de 2025, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 2024, da seguinte forma:

- (i) 40% para o Capital Social, no valor de R\$ 378.412,48, distribuídos para os cooperados, por meio da incorporação ao Capital, na proporção direta das operações realizadas por cada um, no exercício findo;
- (ii) 60% para o FATES, no valor de R\$ 567.618,86.

d) Destinações Estatutárias e Legais

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei Federal nº 5.764/71, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2025
Sobras ou Perdas Líquidas do exercício	1.420.539,85
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES*	(797,73)
Sobras ou Perdas líquidas, base de cálculo das destinações.	1.419.742,12
Destinações estatutárias	
Fundo de Reserva - 10%**	(141.974,21)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%***	(141.974,21)
(-) Ajustes Res. 4.966/2021	(41.128,69)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.094.665,01

* Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES;

** O Fundo de Reserva destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa; e

*** O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

16. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de atos não cooperativos	21.458,03
Despesas específicas de atos não cooperativos	2.070,70
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	16.503,23
Resultado operacional	2.884,10
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.884,10
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.086,37
Resultado de atos não cooperativos	797,73

17. Receitas de Operações de Crédito e Recuperação de Operações Baixadas como Prejuízo e Rendas de Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025, as receitas de operações de crédito possuíam a seguinte

composição:

Descrição	31/12/2025
Rendas de Operações de Crédito	2.975.718,90
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	46.294,28
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	473.353,90
Total	3.495.367,08

18. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Em 31 de dezembro de 2025, os ingressos e as receitas de prestação de serviços possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receitas de Prestação de Serviços	21.458,03
Total	21.458,03

19. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Em 31 de dezembro de 2025, os dispêndios e as despesas de pessoal possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários	417.920,46
Despesas de Pessoal - Benefícios	107.451,77
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	196.922,24
Despesas de Pessoal- Proventos	337.308,43
Totais	1.059.602,90

20. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Em 31 de dezembro de 2025, os dispêndios e as despesas administrativas possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	7.189,88
Despesas de Aluguéis	53.213,61
Despesas de Comunicação	12.592,59
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	9.263,24
Despesas de Material	2.692,63
Despesas de Processamentos de Dados	128.434,55
Despesas de Promoções e Relações Públicas	4.154,95
Despesas de Propaganda e Publicidade	12.444,00
Despesas de Seguros	66.517,21
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	816,33
Despesas de Serviços de Terceiros	819,50
Despesas de Serviços de Vigilância e de Segurança	2.013,68
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	147.169,11
Despesas de Transportes	115,00
Outras Despesas Administrativas	42.115,49
Depreciação	3.866,13
Total	493.417,90

21. Dispêndios e Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, os dispêndios e as despesas tributárias possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Tributos Municipais	1.888,95
Pis Receitas	3.216,27
Cofins	19.792,45
Pis Folha de Pagamentos	3.277,77
Total	28.175,44

22. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, outros ingressos e receitas operacionais possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos	2.697,19
Total	2.697,19

23. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, outros dispêndios e despesas operacionais possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Despesas de Assistência Técnica Educacional FATES	695.293,35
Despesas de Convênios	9.146,68
Total	704.440,03

24. Resultados Não Operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, resultados não operacionais possuíam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Resultados Não Operacionais	797,73
Total	797,73

25. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no 2 semestre de 2025.

26. Partes Relacionadas

As Partes Relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, consoante disposição da CPC 05 (R1).

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central do Brasil que, neste caso específico, referem-se às operações de crédito.

Montante das operações ativas em 31/12/2025
--

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% da operação de crédito em relação à carteira total
Empréstimos	62.506,76	312,52	0,40%
Total	62.506,76	312,52	0,40%

a) Operações Ativas

Foram realizadas transações com Partes Relacionadas na forma de empréstimos, aplicando-se a estes a mesma taxa aplicada aos demais cooperados, devidamente aprovada pela Administração, cujo montante das operações representa apenas 0,40% da carteira total.

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito estão representadas por Cédulas de Crédito Bancárias (CCB).

b) Capital Social das Partes Relacionadas

No período findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo de capital das Partes Relacionadas era:

Descrição	31/12/2025
Capital Social das Partes Relacionadas	152.972,05
Total	152.972,05

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

No período findo 31 de dezembro de 2025, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, aqui incluindo os pagamentos referentes a todos os membros estatutários - Conselho de Administração, Diretoria Executiva - conforme deliberado em AGO, em cumprimento à Lei Federal nº 5.764/1971, art. 44, foram:

Descrição	31/12/2025
Honorários da Diretoria Executiva	368.325,96
Total	368.325,96

27. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição aos riscos.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de anormalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gestão de riscos na instituição.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, bem como buscando maior engajamento entre as áreas, objetivando a melhora na comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais de cada colaborador, a Cooperativa adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- (i) 1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- (ii) 2ª linha: áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- (iii) 3ª linha: avaliação independente pelas auditorias contratadas.

A Diretoria Executiva e suporte do Comitê da Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos e de Capital, são responsáveis por estabelecer as diretrizes, políticas, procedimentos e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O diretor responsável para gerenciamento de riscos é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas na instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente pela Auditoria Interna.

Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento de riscos.

Os auditores externos, reguladores e outros órgãos externos desempenham papel importante na estrutura simplificada de gerenciamento de riscos, a partir dos processos de auditoria e supervisão das atividades da instituição.

Para dar suporte a essa estrutura, a Cooperativa dispõe profissional responsável pelo gerenciamento de riscos, segregado das áreas de negócios e da atividade de Auditoria Interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos da instituição sejam administrados de acordo com os níveis definidos nas políticas internas.

O modelo de gerenciamento de riscos prevê a identificação de: risco operacional; risco de crédito; risco de mercado; risco de liquidez; e risco social, ambiental e climático.

27.1. Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas a quem é de competência, bem como são identificadas formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal da Cooperativa.

27.2. Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa.

O Comitê de Riscos é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, são analisadas as classificações de risco com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira, o que é feito diariamente pela Comissão de Crédito.

O Comitê de Risco realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- (i) fixação de políticas e estratégias;
- (ii) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

- (iii) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- (iv) acompanhamento específico das operações com Partes Relacionadas;
- (v) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- (vi) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- (vii) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- (viii) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- (ix) acompanhamento do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (x) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

27.3. Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos da Cooperativa.

O Comitê de Riscos é responsável pelo gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco da Cooperativa seja administrado de acordo com os níveis regulamentares e com as diretrizes previstas nas políticas e outros documentos institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez da Cooperativa atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

(i) acompanhamento do risco de liquidez da Cooperativa, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

- a) limite mínimo de liquidez;
- b) aplicação de cenários de estresse;
- c) definição de planos de contingência.

(ii) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

(iii) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Cooperativa.

27.4. Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços da Cooperativa.

A Cooperativa adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem da Cooperativa.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações de informações considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados quando da concessão de créditos, seguindo os critérios de elegibilidade divulgados nos documentos internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

28. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital da Cooperativa é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital da entidade, considerando os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem à instituição identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos.

29. Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- (i) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- (ii) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- (iii) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- (iv) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- (v) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

São elaborados os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

30. Seguros Contratados - Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basiléia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do

Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2025
Índice de Basileia	107,42%
Total	107,42%

O Patrimônio de Referência (PRS5) desta Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos ponderados, apresentando margem para o limite de compatibilização.

João Monlevade-MG, 31 de dezembro de 2025.

Maria Goretti Cota Martins
Diretora Presidente

Maria Vilma Moreira
Diretora Administrativa

Maria Aparecida Ferreira Moreira
Diretora Financeira

Iago Brígido De Oliveira Couto
Contador - CRC/MG 124.513/0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

COPREMON - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais em João Monlevade LTDA

João Monlevade - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COPREMON - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais em João Monlevade LTDA**, doravante denominada Cooperativa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COPREMON - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos Municipais em João Monlevade LTDA**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

Ênfase

A Nota Explicativa nº 2.1, letra “a”, às demonstrações financeiras, descreve que, a partir de 1º de janeiro de 2025, a Cooperativa passou a adotar a regulamentação contábil estabelecida pela Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.966/2021, alinhada aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48), as quais alteraram os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. A referida regulamentação introduziu, entre outros aspectos, a classificação dos instrumentos financeiros com base no modelo de negócios, a utilização da taxa de juros efetiva, a suspensão do reconhecimento de receitas de juros, a alocação dos ativos em estágios de risco de crédito, a constituição de provisão para perdas esperadas e novos critérios para baixa de ativos financeiros e mensuração a valor justo. Os efeitos decorrentes da aplicação inicial da referida norma foram reconhecidos no patrimônio líquido na data de transição, conforme previsto na regulamentação aplicável.

Dispensa de apresentação de informações comparativas

A Nota Explicativa nº 2.1, letra “b”, às demonstrações financeiras, descreve que a Cooperativa, em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, optou por não apresentar as informações comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Consequentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são apresentadas sem os valores correspondentes do exercício anterior.

Nossa opinião não está modificada em função desses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Vitória (ES), 28 de março de 2026.

D'AGOSTINI CONSULTORIA E AUDITORIA S/S
CRC-ES 002282/O

Ideraldo Luiz A. de Moraes
Contador
CRC-ES – 009503/O-0